

Percepções indígenas Paiter Suruí sobre o ensino superior: busca de sentido a partir de narrativas de estudantes de graduação

Indigenous perceptions Paiter Suruí about higher education: searching for meaning from narratives of graduation students

Alceu Zoia¹

Maria Gabriela de Assis Souza²

DOI: <http://dx.doi.org/10.20435/tellus.v0i42.683>

Resumo: Este artigo tem como base parte dos resultados de pesquisa realizada no Programa de Pós-Graduação em Educação da Universidade do Estado de Mato Grosso (Unemat), *campus* de Cáceres, MT. Destacamos como principais interlocutores os estudantes pertencentes ao povo indígena da etnia Paiter Suruí, matriculados em cursos de graduação na cidade de Cacoal, RO, localidade mais próxima da Terra Indígena Sete de Setembro com oferta de educação de nível superior. Pela necessidade de delimitação, focamos o presente estudo na abordagem das perspectivas dos estudantes sobre a educação superior. Os instrumentos utilizados para a coleta de dados foram: pesquisa documental e de campo, por meio de entrevista semiestruturada. Entre os resultados obtidos, foi possível constatar que todos os estudantes indígenas da etnia Paiter Suruí que colaboraram com a pesquisa expressaram a perspectiva de utilizar os conhecimentos adquiridos na universidade em benefício da comunidade indígena, vislumbrando a possibilidade de ajudar a família e o seu povo, para manter vivas suas origens culturais, ainda que, para isso, tenham de reivindicar seu espaço e continuar lutando por seus direitos perante a sociedade não indígena.

Palavras-chave: educação indígena; ensino superior indígena; povo Paiter Suruí.

Abstract: This article is based on part of the results of research carried out in the Postgraduate Program in Education at the State University of Mato Grosso (Unemat), *campus* of Cáceres, MT. We highlight as main interlocutors the students belonging to the indigenous people of the Paiter Suruí ethnic group, enrolled in undergraduate courses in the city of Cacoal, RO, closest to the Sete

¹ Universidade do Estado de Mato Grosso (Unemat), Sinop, Mato Grosso, Brasil.

² Instituição de Ensino Superior de Cacoal (Fanorte), Cacoal, Rondônia, Brasil.

de Setembro Indigenous Land with a higher education offer. Due to the need for delimitation, we focus the present study on the approach of students' perspectives on higher education. The instruments used for data collection were: documentary and field research, through semi-structured interviews. Among the results obtained, it was found that all Paiter Suruí indigenous students who collaborated with the research expressed the perspective of using the knowledge acquired at the university for the benefit of the indigenous community, envisioning the possibility of helping their families and their people, to keep their cultural origins alive, even if they have to claim their space and continue to fight for their rights before non-indigenous society.

Keywords: indigenous education; indigenous higher education; Paiter Suruí folk.

1 INTRODUÇÃO

A cultura é a herança deixada por cada sociedade aos seus descendentes, pelos processos educativos próprios e pela convivência social que repercute na formação da pessoa aquilo que se espera para o futuro de todo o seu povo.

No processo de transmissão da cultura, há, inevitavelmente, as transformações das formas de ver o mundo pelos integrantes das novas gerações, que recebem as culturas materiais e não materiais de seus antecessores e as utilizam da forma apreendida, podendo, ainda, reinventá-las, transformá-las ao longo do tempo.

Brandão (2002) trata da educação como cultura, reforçando a lição de Leontiev (2004) de que o movimento da história só é possível com a transmissão, às novas gerações, da cultura humana adquirida pelas gerações precedentes.

As concepções de Leontiev (2004) e Brandão (2002) se coadunam no sentido de que o ser humano, diferentemente das demais espécies animais, é um ser obrigado a aprender e que invariavelmente precisa criar e recriar o mundo, transformando o ambiente natural e a ele próprio por meio da cultura adquirida, aprendida e absorvida pela vivência social, que deve ser transmitida para que exista.

O rompimento dos laços culturais dos antepassados com os descendentes acarreta a perda da cultura pela impossibilidade de se conhecer o que existia antes e continuar a transmissão das memórias e saberes de um povo.

A transmissão dessa cultura ocorre de diversas formas, sendo a educação tradicional, originária, o mecanismo social mais importante nesse processo de

busca, manutenção e aperfeiçoamento humano constante, que só sobrevive com a passagem e a aprendizagem dos conhecimentos de geração em geração.

Há um movimento dinâmico na transmissão e transformação da cultura, por influências internas do processo evolucionário, biológico e cultural, ou por influências externas, como o encontro de culturas.

Com efeito, não se pode pretender que identidade cultural expresse apenas o resguardo do passado, em sentido estático. Esta condição é impossível, biológica e culturalmente. No plano biológico, o processo evolucionário não deixa nada intocado, de forma que o tempo impõe-se como algo implacável, tanto como movimento da dinâmica interna, quanto como movimento advindo de fora. No plano cultural, mais ainda, em particular pela capacidade de aprender e conhecer, mas também sob o impacto do encontro/desencontro de culturas. (DEMO, 2009, p. 193).

As consequências desse encontro de culturas podem propiciar uma integração importante para o crescimento humano, o conhecimento de algo novo e a forma como se devem relacionar os integrantes das diferentes culturas, respeitando um ao outro e o modo de cada um ver o mundo.

No entanto a história nos mostra que outras e terríveis consequências podem haver desse encontro, a exemplo do processo de colonização e escravização, em que os integrantes de uma determinada cultura se veem superiores a outra, sentindo-se no direito de eliminar a cultura do outro, implantando forçadamente o seu modo de vida sobre os povos supostamente inferiores.

Esse processo de invasão, “colonização”, inferiorização e apagamento de culturas marcou boa parte da história do Brasil, não apenas pela tentativa de eliminação das culturas indígenas, mas também pela repulsa às culturas africanas, embora estas estivessem muito presentes na formação do povo brasileiro, de forma biológica e cultural. Se não fosse dessa maneira, não existiria o Brasil com suas características próprias, proporcionadas pela mistura das raças e culturas (ORTIZ, 2003).

Constata-se que essas concepções vêm se transformando, ainda que lentamente, e rompendo, de certa forma e em alguns pontos, com o absurdo ideário discriminatório e de extermínio impregnado na sociedade como consequência da “colonização”, especialmente na América Latina, berço de diversos povos nativos que foram invadidos, acudados e, em grande parte, dizimados.

Num processo de decolonização, a resistência desses povos vem transformando as relações sociais, conquistando, a duras penas, direitos civis e políticos que deveriam ser garantidos a todos, desde sempre e independentemente de origem ou raça.

São essas lutas que direcionam o futuro para um sentido mais humano, embora os traços de colonialidade do poder ainda estejam operantes em certo nível na sociedade, conforme nos adverte Quijano (2005).

As influências mútuas dos contatos entre culturas diferentes são inevitáveis ante a dinamicidade com que a sociedade caminha e à medida que um grupo toca o universo e a realidade do outro, num processo que possibilita, em alguma proporção, a absorção recíproca de conteúdos culturais.

Cada povo e cada geração contribui para as modificações, alterações e adaptações do que apreendeu, fazendo a sua parte na história do grupo e imprimindo as particularidades do seu tempo na construção do futuro.

Os povos indígenas, além de terem seus direitos negados por muito tempo, tiveram suas culturas exterminadas no todo ou em parte, para serem obrigados a se submeter à cultura dominante.

As etnias sobreviventes buscam nos dias atuais uma forma de reconstruir os costumes de seu povo, na medida do possível e a partir das experiências presentes, uma vez que reconhecem a impossibilidade de retorno integral ao modo de vida tradicional. Seguem reafirmando seu pertencimento étnico e se impondem enquanto sujeitos de direitos, em especial, o direito a estar na sociedade não indígena e participar, sempre que possível, de um processo intercultural em ambientes como a escola e a universidade.

Essa interculturalidade pressupõe o conhecimento e o respeito aos costumes do outro, não a sua prática, muito menos a substituição de uma cultura pela outra. Portanto estar num grupo, aprendendo com ele, não significa esquecer de seus costumes, mas de interagir com o outro de forma respeitosa e acolhedora.

A exemplo do movimento inverso ou decolonial, podemos mencionar a garantia insculpida nos artigos 78 e 79 da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (Lei 9.394/96), que passou a prever inclusão e reconhecimento identitário às populações indígenas, determinando, na educação fundamental, o respeito

aos seus costumes e a preservação da língua materna, além da possibilidade de se adequar currículo e materiais didáticos às realidades culturais desses povos.

Também, mediante mecanismos de combate ao racismo e de reivindicações sociais, houve um passo importante no sentido do reconhecimento do valor e da contribuição dos negros africanos e dos indígenas para a formação do país e das manifestações culturais, por meio da Lei 11.645/2008, que alterou a redação do artigo 26-A da LDB, tornando obrigatório o ensino sobre História e Cultura Afro-Brasileira e Indígena nos estabelecimentos de ensino fundamental e médio, oficiais e particulares.

A escola é um dos instrumentos sociais mais importantes e profundos para a formação das identidades culturais, no entanto uma outra questão vem à tona com a ideia de identidade, que é o respeito pelas diferenças e a criação de políticas que realmente atendam e valorizem essa diversidade.

É exatamente nesse contexto que se encontra o povo indígena Paiter Suruí, colaborador deste trabalho. Eles demonstram um protagonismo peculiar pela organização interna que estruturaram e pela definição específica de seus objetivos dentro e fora de sua comunidade.

Por essa razão, encontram-se plenamente conscientes de sua posição e, pela impossibilidade de reversão das consequências advindas do contato, reivindicam o direito de serem ouvidos e o dever de se fazerem presentes na sociedade não indígena, mas não para deixarem de ser quem são e abandonarem sua cultura, e sim para a afirmarem ainda mais, mostrando que ela está viva, reivindicando a proteção ao que existe de suas raízes tradicionais, retomando os costumes da forma mais ampla que puderem.

E assim o fazem, dando relevância à educação em todos os níveis, em especial à educação superior.

A proposta deste trabalho é apresentar as perspectivas dos estudantes indígenas da etnia Paiter Suruí em relação ao ensino superior, especialmente em relação ao curso de graduação que estão estudando.

Veremos que, apesar de já terem superado muitas dificuldades desde o ensino fundamental, continuam acreditando em seus sonhos e na efetivação de seus direitos, principalmente o direito à educação de qualidade e formação acadêmica de nível superior, sem a perda de sua identidade cultural e com um sentimento de coletividade muito presente.

2 OS PAITER SURUÍ

Juntamente de outros povos indígenas da região de Mato Grosso e Rondônia, como os Cinta-Larga, Zoró e Gavião, os Paiter Suruí falam a língua do tronco Tupi, da família Mondé. Eram, originalmente, um povo nômade. No entanto o contato com os não indígenas provocou conflitos e reduziu o território que habitavam, em decorrência da devastação das matas para criação de áreas de pastagens e lavouras (SURUÍ, 2013).

Com isso, o território indígena que habitavam antes foi gradativamente reduzido, uma vez que, mediante a fuga, as moradias indígenas eram abandonadas e passavam a ser invadidas pelos não indígenas, cuja intenção era a exploração das riquezas naturais (KEMPER, 2006).

Por fim, assentaram-se oficialmente na Terra Indígena denominada Sete de Setembro, homologada ao povo Paiter Suruí, localizada em parte no Estado de Rondônia e parte no Estado de Mato Grosso (SURUÍ, 2013).

Cardozo (2012) registra que a denominação da Terra Indígena Sete de Setembro foi dada pela Fundação Nacional do Índio (Funai), por ser a data do contato oficial (7 de setembro de 1969), mas que o povo Paiter denomina a terra de *Paiterey Karah*, que significa Terra dos *Paiterey*, o plural de Paiter. A autora ressalta ainda que foram as políticas governamentais para a colonização do Estado de Rondônia que atraíram migrantes de várias regiões do país para povoarem o local.

A política federal era de atração populacional para Rondônia que se iniciou na década de 1920, com a construção da Ferrovia Madeira-Mamoré, as linhas telegráficas de Rondon e um segundo impulso na economia da borracha. Seguramente, o período mais acentuado foi a partir da década de 1960 e 1970 com a construção da BR 364 que liga Cuiabá a Porto Velho. (CARDOZO, 2012, p. 22).

Além da perda do território e da introdução de um modo de vida diferente, que ameaçou os costumes tradicionais indígenas, o contato levou aos Paiter Suruí diversas doenças e epidemias, que provocaram a morte de parte significativa de sua população.

No ano de 1971, meu povo foi vitimado pela primeira epidemia de sarampo, mais da metade de nossa população cruzou os caminhos do Maraimepeter (o caminho pelo qual cruzam os espíritos dos mortos na cosmologia Paiter Suruí). Sem saber como enfrentar essa situação, meu povo se aproxima

definitivamente do acampamento da expedição de contato em busca de socorro para os que ainda se encontravam vivos. Isso aconteceu quase três anos depois do início do contato com a expedição de contato da FUNAI. Epidemias de sarampo, gripe e tuberculose seguiram-se ao contato. As epidemias não só mataram muitas pessoas entre nós, mas abalaram profundamente a organização social do meu povo, que tornou-se, assim, muito dependente dos serviços da FUNAI. (SURUÍ, 2013, p. 25).

Diante de tais acontecimentos, o contato com os não indígenas tornou os Paiter Suruí dependentes de serviços de saúde, medicamentos, artefatos e outras condições que não eram seus costumes, introduzindo na realidade do povo a necessidade de meios de assistência nas cidades e de formas de produção antes não praticadas, bem como materiais e objetos que precisam ser comprados com dinheiro (ZOIA; MENDES, 2017).

Em decorrência disso, muitas tradições do povo, como rituais, alimentação, moradias e meios de cultivo da terra, perderam-se ou se modificaram, e as pessoas da aldeia tiveram o desejo de viver como os não indígenas. Alguns membros da comunidade, inclusive, viram-se obrigados a aderir ao trabalho de exploração da floresta em favor dos não indígenas, em troca de benefícios.

Em recente pesquisa sobre o povo Paiter Suruí, Mendes (2017) constata, ainda nos dias atuais, a existência de exploração das terras indígenas por membros da própria comunidade e atribui essa prática a uma dependência econômica de costumes não indígenas e desejo pelos artefatos tecnológicos.

Os conflitos pelas riquezas naturais e por territórios ainda persistem, principalmente entre o povo pesquisado e os grandes latifundiários, madeireiros, garimpeiros, usineiros, tornando esse povo vulnerável frente aos desmandos do capitalismo opressor. Presenciei, por algumas vezes, caminhões carregados de toras nas estradas que dão acesso a Terra Paiterey Karah. Não acredito que os povos indígenas vendem suas florestas porque assim o querem, mas por falta de opção de sobrevivência mediante a necessidade de subsistência, principalmente, dos mais jovens que desejam utilizar os objetos tecnológicos e o assédio do invasor. (MENDES, 2017, p. 22).

As informações históricas obtidas na pesquisa relativa à origem e ao caminho percorrido pelo povo Paiter Suruí mostram a realidade vivenciada por esse povo ao longo dos anos e a interferência da cultura não indígena no modo com que passaram a enxergar o mundo a sua volta.

Embora muitos traços culturais tenham sido alterados, adaptados, substituídos ou até perdidos, os Paiter Suruí têm buscado a retomada e revitalização de seus costumes, na medida do possível, reafirmando sua pertença étnica e a continuidade das práticas culturais.

Dessa forma, a organização do povo se transforma a cada dia, seja pelas mudanças de pensamentos, seja pela interferência dos não indígenas, presença e contato com as tecnologias e acesso rápido às informações ou, por último, pela busca por conhecimento como forma de alcançar objetivos maiores e que estão além da Terra Indígena.

O que se vê, nesse contexto, é a tentativa de manter viva a cultura Paiter Suruí da forma mais ampla possível, embora a retomada total aos costumes praticados antes do contato seja impossível. Busca-se, então, conciliar as culturas, compreender o outro, estar inserido no meio da sociedade não indígena. Trilhar esse caminho pode ser uma forma que os Paiter Suruí encontraram de serem respeitados e de continuar lutando para manutenção da vida e da cultura do seu povo (SURUÍ; SURUÍ, 2017).

Os Paiter Suruí pensam a educação indígena e a educação escolar indígena como conceitos diferentes, mas não antagônicos. Propõem, assim, que a educação indígena (conhecimentos do seu povo) seja observada e transmitida às crianças desde o nascimento, e que a educação escolar indígena (ofertada pelo Estado) seja inserida na comunidade respeitando o contexto de sua cultura, seu tempo, seus rituais e crenças.

Sobre o ensino superior, o qual este estudo focaliza, foi possível perceber que, para o povo Paiter Suruí, alcançar uma graduação e obter formação profissional é uma questão de sobrevivência e manutenção da própria cultura, mesmo que isso represente, neste momento de curso, o aprendizado de outra cultura, a obrigação de falar português e submeter-se às regras nacionais do ensino superior que não foram criadas nem pensadas por e para os indígenas.

3 A EDUCAÇÃO ESCOLAR INDÍGENA E O ENSINO SUPERIOR PARA OS PAITER SURUÍ

Assumindo a posição de protagonistas dos seus direitos e demonstrando a reafirmação étnica com consciência de seu papel na luta que ainda são obrigados

a enfrentar no caminho do reconhecimento efetivo, os Paiter Suruí não se calam e propõem as mudanças que, do seu ponto de vista, devem ser discutidas a fim de que a educação escolar indígena aconteça.

É fato que a luta continua e, apesar dos avanços obtidos com a existência de normas garantidoras dos direitos, há a necessidade de enfrentar e buscar a aplicação na prática de meios de efetivação desses direitos.

Considerando tais pressupostos, Suruí e Suruí (2017) propõem sugestões para concretização do respeito e da interculturalidade na Educação Escolar Indígena.

Propomos que a educação infantil indígena das escolas da Terra Indígena Sete de Setembro seja inserida na educação escolar indígena oferecido pelo Estado, desde que se respeite o princípio da educação diferenciada e bilíngue. A criança *Paiter Suruí* deve ser ensinada na língua materna a partir dos valores culturais, humanos e sócio-político do seu povo. Esse ensinamento leva a entender que o princípio da vida *Paiter* é respeito ao próximo, que compõe a base fundamental da existência de uma pessoa. Inclusive para os que não tem idade própria para estudar na escola, mas que já sabem falar na língua materna, entre os três a quatro anos de idade. Os professores indígenas precisam ser capacitados, para que possam colaborar com a educação inicial das crianças, porém, partindo da responsabilidade maior da família. [...] Da educação básica indígena até a graduação deve haver o diálogo entre os conhecimentos indígenas e 'não indígenas'. Por isso, na grade curricular da educação escolar indígena deveria haver mais matérias, essas novas matérias seriam especificamente os conhecimentos indígenas.

A disciplina da língua materna viria com o conteúdo, o alfabeto, a escrita, a história do povo, os nomes, substantivos e adjetivos; Etnomatemática, conteúdo, construção de uma maloca, contagem e quilometragem. Educação etnoambiental, uso e manejo florestal tradicional do povo Paiter Suruí, todos estudados em língua Tupi Mondé.

Então, a educação que queremos deveria partir do princípio da junção de ambos entendimentos de educação, do Paiter Suruí e do Estado-Nação, pois não é possível o povo indígena manter sua identidade cultural apenas se adequando uma parte do conhecimento. (SURUÍ; SURUÍ, 2017, p. 52-53, grifo nosso).

A busca por alternativas que atendam às necessidades do povo Paiter Suruí e proporcione educação escolar indígena de qualidade e com respeito a sua cultura também foi relatada por Mendes (2017), confirmando que o enfrentamento das

dificuldades e a luta pela efetivação do direito à educação têm sido a esperança que move esse povo, tanto para a integração e interculturalidade quanto para a melhoria de suas condições de vida.

As escolas indígenas dos Paiter Suruí vêm se reinventando na busca de fortalecer os conhecimentos ancestrais dentro da comunidade e ao mesmo tempo contribuir com novas técnicas de aprendizagem que possam melhorar a qualidade de vida desse povo, apesar das dificuldades impostas pelo mundo capitalista, é preciso ter esperança e sonhar com um mundo melhor. (MENDES, 2017, p. 84).

A organização do povo Paiter Suruí, apesar da longa história de imposição, exclusão e práticas etnocidas, comprova que sua cultura e seu sentimento de pertencimento étnico não se desfizeram totalmente, uma vez que continuam lutando para que a educação seja um instrumento de reafirmação e manutenção de seus costumes.

No que diz respeito à educação de nível superior, os Paiter Suruí também apresentam suas propostas, reafirmando o que vem sendo discutido neste trabalho no que se refere à busca pela educação em todos os níveis e da forma mais ampla possível. Suruí e Suruí (2017) aprofundam a perspectiva do seu povo com os cursos de graduação e também apresentam suas propostas nesse sentido.

Assim, entendemos que seja importante destacar aqui, de forma especial, tais proposições, pois consideramos relevante a pauta central pretendida com este trabalho:

No caso da graduação, deve haver também mudanças na grade curricular dos cursos de acordo com os conhecimentos e necessidades indígenas. Porém, é difícil adaptar essa mudança no ensino superior, primeiro, porque é preciso que essa iniciativa venha dos próprios indígenas, o que envolve diferentes etnias; segundo, porque os cursos de graduação interculturais e diferenciados abrigam tanto indígenas quanto não-indígenas. No entanto, a necessidade de mudar a grade curricular dos cursos continua sendo válida. A partir dessa iniciativa, acredito que os não-indígenas comecem a reconhecer a importância dos conhecimentos e culturas dos povos indígenas. A atividade como caça, pesca, roça, construção de malocas faz parte da educação tradicional e deve fazer parte do currículo escolar, pois essas especificidades se inserem no calendário tradicional.

As universidades que oferecem cursos de licenciatura indígena poderiam além deste, pensar na possibilidade de abertura de outros cursos de gradu-

ação para os jovens indígenas, a partir das necessidades dos povos, como enfermagem, medicina, engenharia florestal e outros, pois o desenvolvimento e sustentabilidade de um povo e de seu território se firmam atendendo todas as áreas de formação e atuação. (SURUÍ; SURUÍ, 2017, p. 54-55).

O primeiro ponto que merece destaque nas considerações acima é a afirmação de que há uma dificuldade em adequar a matriz curricular de graduação aos conhecimentos e necessidades indígenas, o que os autores atribuem a dois motivos: a necessidade de iniciativa dos próprios indígenas de diversas etnias e o abrigo de indígenas e não indígenas nas graduações interculturais.

De fato, a construção das regulamentações educacionais genéricas para aplicação em território nacional é pensada e realizada pelos órgãos estatais sem a participação dos povos indígenas nessa elaboração. Isso acontece também com a educação escolar indígena, resultando na ineficácia de educação intercultural e diferenciada garantida pela Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional.

Em virtude de tais fatos, afirmamos que a elaboração de ações, políticas e mecanismos institucionais relacionados à efetivação dos direitos indígenas deve, necessariamente, observar a participação desses povos no processo de discussão e de tomada de decisões.

Nesse sentido, cabe destacar uma relevante observação sobre o debate acadêmico acerca da educação indígena:

Neste momento, o debate acadêmico sobre a educação indígena situa-se na autonomia e na participação dos próprios povos indígenas no planejamento e na gestão de suas escolas. São os próprios povos que precisam estar discutindo, propondo e planejando a realização dos seus modelos ideais de escola, partindo dos seus interesses e de suas necessidades. Desta forma, será possível pensar uma educação do índio e não uma educação para o índio. (ZOIA, 2010, p. 85).

Ora, não há como pensar normas que valorizem e respeitem a interculturalidade sem o conhecimento das culturas envolvidas, pois continuaremos tendo políticas indígenas criadas por não indígenas e que, por conseguinte, não serão verdadeiramente implementadas.

Sobre a necessidade de educação escolar indígena feita para indígenas e que se caracterize pela valorização dos conhecimentos específicos, Mattos e Ferreira Neto (2019) advertem que, apesar de tantos discursos mais recentes no

sentido de promover a formação de professores indígenas e respeitar a língua e os costumes desses povos no ambiente escolar, visualizam uma via de mão única, em que os conhecimentos não indígenas continuam a prevalecer nos espaços educacionais:

Há pouco mais de vinte anos começaram a surgir no Brasil, cursos de formação de professores indígenas. Sabemos da importância de se formar professores indígenas, pois o indígena conhece e respeita seu povo. O sistema de ensino indígena é monoculturista, valorizando apenas as práticas culturais da sociedade envolvente. Por isso, mesmo a educação escolar indígena, deve ser diferenciada. [...] Percebemos que há por parte dos professores indígenas a valorização dos conhecimentos próprios nos métodos de ensino e aprendizagem de seu povo. É importante salientar que os indígenas reconhecem que os conhecimentos dos não indígenas são necessários e vitais para a sua comunidade. Não se trata de valorizar apenas os conhecimentos culturais próprios. Estudar em profundidade Matemática, Ciências, Português e outros conteúdos curriculares da cultura não indígena é importante e isso é feito pelos professores indígenas nas aldeias com muito esforço. [...] Fala-se muito em uma escola indígena bilíngue e diferenciada, mas não podemos nos esquecer do conceito de específica. A questão intercultural também é às vezes esquecida e o que percebemos é uma via de mão única, onde o índio tem que aprender o nosso conhecimento. E o conhecimento deles é praticamente desprezado por nós. (MATTOS; FERREIRA NETO, 2019, p. 54-55).

Essa via de mão única é evidente também no contexto universitário. As políticas de acesso e permanência de indígenas em qualquer dos níveis da educação são necessárias e demandam a interculturalidade de forma adequada e eficiente. Não se trata de formar essas pessoas com os mesmos critérios e conteúdos destinados à formação não indígena, indistintamente, mas alinhar as ações pedagógicas aos objetivos de preservação, liberdade e valorização das culturas.

Outro ponto que cabe destaque na citação acima consiste na proposta dos Paiter Suruí da criação de cursos de graduação em várias áreas de conhecimento, e não apenas cursos de licenciatura intercultural para formação de professores. Em sua fala, Suruí e Suruí (2017) registram que o seu povo tem necessidade de profissionais de outras áreas, como Enfermagem, Medicina, Engenharia Florestal e outras, porque a vida atual da comunidade reclama a presença de diversos conhecimentos para o desenvolvimento e a sustentabilidade do seu povo.

Lançamos os questionamentos supramencionados a fim de difundir a reflexão, sobretudo a ideia de participação ativa dos indígenas nesses espaços de tomada de decisões, para que estas possam ser de fato concretizadas.

Reafirmando esse sentimento de pertença e de busca por diversas áreas de conhecimento que visam benefícios para as suas comunidades, destacamos uma importante manifestação do líder Paiter Suruí quanto às perspectivas do seu povo, em especial, com a educação superior.

Em entrevista publicada em 2011 na *Revista Brasileiros de Raiz*, Almir Narayamoga Suruí, atual líder do povo Paiter Suruí, já relatava que a busca pela educação superior era um desejo do seu povo, como forma de consolidação e disseminação de sua cultura, assim como forma de aprendizado para atender às necessidades do povo. Na oportunidade, relatou:

Mas também temos avanços conquistados pelos indígenas como o acesso a faculdade. [...] Os Paiter Suruí tem o sonho de criar a Universidade Indígena, onde os professores indígenas possam repassar os conhecimentos e formar mestres e doutores que lutem pela defesa de seus direitos. [...] Temos vários desafios. O mais importante é o de implementar o Plano de Gestão de 50 anos, onde tem a proteção do território, o acesso à educação e a criação da universidade indígena [...] Estamos repassando nossa cultura e colocando jovens para fazer a faculdade, em cursos diferentes, incentivando a fazerem mestrado, doutorado, enfim estudando para poder aplicar o que aprenderam junto aos Paiter Suruí e outros povos. Estamos preparando nossos jovens para aprender a viver nos dois mundos: – o Suruí e o do não índio. (FURTADO FILHO, 2011, p. 45).

A necessidade de valorizar o ensino superior e adequá-lo aos costumes indígenas a fim de preservar sua identidade é ainda uma latente preocupação dos Paiter Suruí. Justamente por isso que reafirmamos que o enfrentamento e a busca pelo verdadeiro reconhecimento e promoção da interculturalidade e do respeito aos povos indígenas continuam sendo um desafio extremamente complexo. No entanto os Suruí estão dispostos a enfrentar tais percalços, como já foi possível constatar por meio das relevantes contribuições dos autores da etnia citados neste texto.

É pertinente salientarmos que, nas respostas do líder Suruí às perguntas, ele trata do ensino superior de seu povo como mecanismo necessário de conhecimento a ser buscado pelos jovens, revelando o sonho de criar uma universidade indígena e a concepção de que a educação é o caminho para a liberdade.

A reivindicação é legítima, embora possa ser difícil pela variedade de etnias e culturas diferentes em todas as regiões do país. Ainda assim, não é impossível e poderá ser alcançada com a descentralização dos estudos envolvendo as adequações das práticas educacionais em instituições ou cursos interculturais. Acreditamos que um fato que propiciaria o sucesso nessa missão seria atribuir tal tarefa a comissões específicas formadas por representantes das etnias de cada estado.

4 AS PERSPECTIVAS DOS ESTUDANTES PAITER SURUÍ COM O ENSINO SUPERIOR

Como vimos, os indígenas da etnia Paiter Suruí estão buscando mecanismos para adequar as propostas de educação superior às necessidades do seu povo, colocando-se na posição de protagonistas, para que, dessa forma, não ocorra o apagamento integral e definitivo das suas tradições e costumes, ao passo que sejam efetivadas as garantias legais de educação intercultural diferenciada.

Eles desejam nada mais do que respeito ao seu modo de vida, pleiteando a construção dos currículos e das metodologias de ensino de forma a levar em consideração a existência de culturas diferentes. Pleiteiam isso com o intuito não de substituir os saberes indígenas pela formação técnica, mas para juntá-los, conciliando-os para criação de um novo modelo que privilegie o respeito às diferenças e à diversidade. Isso significa que a única coisa que eles querem é a efetivação dos direitos que já foram, na teoria, assegurados.

Esperançoso, o povo Paiter Suruí está elaborando novas perspectivas de enxergar o mundo a sua volta, construindo suas estruturas de sobrevivência e de busca pela realização de seus objetivos, pela manutenção de sua cultura, mas conhecendo e respeitando as outras. O apelo é para que todas as culturas existam e se integrem com respeito, sem que ocorra o apagamento de nenhuma delas.

Por essa razão, os jovens têm buscado a educação de nível superior, predominantemente, na cidade de Cacoal, RO, por ser a localidade mais próxima da Terra Indígena Sete de Setembro com oferta de educação superior.

Situada no centro-sul do Estado e às margens da BR-364, a cidade de Cacoal se desenvolveu como um centro urbano de referência e atualmente é uma das maiores cidades de Rondônia. Distante, aproximadamente, 480 quilômetros da

capital (Porto Velho), é a quarta maior cidade do Estado, que possui o total de 52 municípios.

Para possibilitar a constatação das perspectivas dos estudantes Paiter Suruí, foi realizada uma pesquisa de campo nas instituições de ensino superior da cidade de Cacoal, RO.

Inicialmente, contatamos as instituições de ensino superior por meio de um dirigente institucional, a fim de apresentar a pesquisa e seus objetivos e obter autorização para a coleta de dados institucionais, bem como para um levantamento da existência de estudantes da etnia Paiter Suruí matriculados no corpo discente de graduação.

Para coleta das informações, foi elaborado um roteiro de entrevista semiestruturado para os graduandos indígenas, sendo entrevistados 15 estudantes da etnia Paiter Suruí, que, após os esclarecimentos necessários, concordaram em contribuir para a pesquisa, mediante assinatura de Termo de Consentimento Livre e Esclarecido².

Observamos que, sob uma ótica mais ampla, as perspectivas dos estudantes entrevistados estão relacionadas ao sentimento de coletividade, no sentido de conhecer outro mundo (não indígena), com infinitas e diferentes possibilidades de conhecimento e de formação profissional para, assim, poder proporcionar melhores condições de vida a si mesmos, as suas famílias e também as suas comunidades.

A escolha do curso, muitas vezes, está ligada às condições dos estudantes em se manterem em determinado curso e à necessidade vivenciada pelo povo quanto à ausência ou escassez de profissionais, naquela determinada área, que trabalhem com as comunidades indígenas.

Por ser oportuno e enriquecedor, destacamos algumas falas dos estudantes, ao expressarem suas perspectivas com a formação acadêmica.

Um graduando em Direito reporta que:

Pra mim é uma realização, né, e pra minha família também, porque nós somos em oito irmãos e eu sou o primeiro a tá cursando um ensino superior.

³ O projeto de pesquisa, roteiros de entrevistas, Termo de Consentimento Livre e Esclarecido e demais documentos pertinentes foram submetidos ao Comitê de Ética em Pesquisa da Universidade do Estado de Mato Grosso (Unemat), CAAE n. 05554918.0.0000.5166, sendo aprovado em 19/03/2019 pelo Parecer n. 3.233.292.

Então eu imagino que é um incentivo até para os outros, né. (Entrevista no dia 30/05/2019).

Outro graduando do mesmo curso disse:

Eu acho que pra mim seria muito importante o término desse curso pra ter alguma voz indígena que luta pelos nossos direitos nessa parte. (Entrevista no dia 30/05/2019).

Já aqui, uma graduanda em Direito relata:

Pela questão assim, de sentir vontade, né, de fazer Direito, e eu acho que é uma forma de colaborar mais com o meu povo também. Eu comecei fazer uma licenciatura de educação básica intercultural que é ofertada em Ji-Paraná, aí depois de dois anos, aí eu desisti e optei por fazer Direito. [...] Eu penso em trabalhar no órgão, assim, tipo a Funai, ou tipo, fazer um concurso para trabalhar nesses lugares, os órgãos, assim que envolvam indígenas. [...] É muito importante, né, por saber assim que tem um indígena que estudou, vamos dizer assim, que venceu, né, porque pra passar por tudo isso é muito difícil, então se você chegar no fim com um diploma já é uma conquista. (Entrevista no dia 28/05/2019).

Graduanda em Ciências Contábeis disse:

Meu objetivo é permanecer na minha área, que eu faço, e fazer mestrado e doutorado pra me qualificar mais na área de Contábeis e ter, tipo, ajudar a Associação Indígena com a minha formação. Também pra ter um emprego também. (Entrevista no dia 23/04/2019).

Outra graduanda do curso supramencionado explica que:

Esse curso, porque assim, tipo, meu sonho, sempre quis fazer faculdade, né, mas que eu queria fazer mesmo a faculdade era Turismo, que eu gosto, mas só pra fazer mesmo eu tô fazendo esse daí, pra não perder a faculdade que eu tô querendo fazer, meu sonho, né, mas eu consegui esse daí eu tô fazendo. [...] Trabalhar na Associação, ajudar minha família. (Entrevista no dia 23/04/2019).

Graduanda do mesmo curso afirma:

Eu pretendo trabalhar, né, mas não sei se tem vaga, tipo, vaga na área, que eu não sei se tem como voltar na aldeia pra trabalhar na área, que depende, né, disso. Se tiver eu volto, se não tiver, aí eu tenho que procurar aqui na cidade mesmo, né. Aí depois me especializar mais, né, pretendo fazer mestrado, essas coisas. [...] É importante [a conclusão do curso], porque meu

sonho é ter uma graduação e ter emprego, né, aí vai ser melhor pra mim. [...] Eu acho que vai ser um orgulho pra eles [comunidade], né, porque é bem, não é, raro as mulher indígena estudar, né, e fazer graduação e sair da aldeia, né, aí eles vão ter orgulho, né... ahhh, ela estudou, ela se esforçou e ela merece, né. (Entrevista no dia 22/04/2019).

Graduando em Direito relatou:

Ahh, bom, pela minha família, mais diretamente pelo meu pai, ele diz que é o sonho dele, ele quer que eu ajude meu povo, nessa parte eu também reconheço, mas eu também penso na minha parte, sabe, quero fazer minha família feliz e também quero ser feliz. (Entrevista no dia 06/05/2019).

Graduanda em Psicologia explica o motivo de ter escolhido o curso:

[...] porque tem, assim, é [...] nós indígenas tem uma equipe de saúde que trabalha só pra indígena, né, aí cada mês eles vão pra aldeia, é médica, enfermeira, dentista, nutricionista, psicólogo, mas só tem um psicólogo que atende na área de Suruí, aqui, e acho que ela, talvez pra ela é muito cansativo só um psicólogo que trabalha, né. É por isso quero fazer esse curso, pra entrar na área também pra trabalhar com meu povo. (Entrevista no dia 06/05/2019).

Graduanda em Enfermagem informou:

No começo, quem me incentivou a fazer o curso de Enfermagem foi meu pai, porque ele sempre gostou, tipo, dessa área, da área da saúde. [Pretendo] Isso, ajudar meu povo. (Entrevista no dia 14/06/2019).

Graduando em Enfermagem revelou:

Na verdade, eu acho que essa profissão, eu acho muito ausente na área indígena, acho que por essa dificuldade eu acho que eu escolhi. [...] A conclusão, pra mim, mais assim, é como se fosse o final da batalha pra mim, né, se eu concluir, né, porque muitas pessoas começam o curso e depois param, né. (Entrevista no dia 14/06/2019).

Graduanda em Engenharia Civil esclareceu:

Eu tenho curso de graduação já, em Pedagogia. Como eu comecei dando aula na escola indígena, então eu já fiz pra melhorar como professora dentro da escola indígena. Mas daí minha vontade mesmo é fazer Engenharia né, então, é um sonho de fazer Engenharia, desde infância [...] Bem, assim, eu penso... tem alguns estudantes Suruí, por exemplo, na área de... ele faz... esqueci o nome do curso... Engenharia e tem... Arquitetura! Então, né, assim, eu até já já estive conversando com ele pra gente fazer algum projeto voltado para

cultura mesmo, tradicional, e incrementar com a engenharia e arquitetura, e a gente, assim, vem pensando num modelo de casas, porque a gente vive hoje lá, nas casas assim, pela mudança... antes a gente morava em palhas, né, casas de palhas, mais fresco, né, e hoje está todo mundo naquelas casinhas muito malfeitas, de madeira, assim, sem nenhum conforto assim, então a gente pensa em criar um modelo, né, que possa ficar, porque assim, a casa de palha, ela se destrói facilmente, assim com o tempo, com 2 anos já num... porque assim, como a gente mudava de lugar, então aquilo ali a gente deixava aquela lá, hoje não, hoje a gente precisa manter num local, né, na aldeia tem que se manter ali, então a gente quer fazer uma intercalação do ambiente, mas assim, fresco, utilizar palha, mas aí modelando pra uma residência mais confortável. (Entrevista no dia 13/08/2019).

Graduando em Zootecnia falou sobre o motivo de ter escolhido o curso e relatou suas perspectivas com a formação:

Mais por influência da minha família, né. Quando eu terminei o ensino médio, eu não quis fazer nenhum curso, aí eles me indicaram, insistiram pra mim fazer, me identifiquei com o curso e continuei [...] Então, o curso é mais destinado à área rural e mexe bastante na parte de nutrição e bem-estar animal, então, por eu ser indígena, eu gostaria de voltar e de alguma forma beneficiar a comunidade. (Entrevista no dia 13/08/2019).

Outro graduando em Zootecnia disse:

Eu fui incentivado pelo meu irmão, né, é meu irmão e meu pai, porque meu pai também é professor, de... biólogo, a minha mãe também é professora de Geografia, aí outro meu irmão também é professor de Química, aí ele tá fazendo Educação Física, aí ele falou assim, você vai estudar ou não? Falei, tô querendo. Só se você estudar não, se vai trabalhar o resto da vida e não vai ter nada. [...] aí eu quis esse curso que eu tô fazendo [...] Quando eu concluir o meu curso, quero fazer... ajudar o meus povo, como que é? [...] fazer uma coisa... tipo um projeto, né, que eu queria fazer, aí já tô fazendo um, até já fiz uma montagem de projeto pra mim hoje, tava fazendo... manejo de... da pastagem, tava fazendo, tipo, documento, né, e isso que eu queria fazer quando concluir o curso, né, ajudar meus povo [...] ensinar também, como que eu aprendi [...] Quando eu concluir meu curso, assim, vai ser muito importante, porque a minha família também é muito, é... também são, como que fala? É, já completaram o curso dele, né, a única pessoa que tá faltando é eu e dois meus irmãos e... fazer o melhor por fazer o estudo, ter profissão, pra ter uma coisa de vida melhor assim [...] quando eu concluir o meu curso, aí tem que compartilhar o meu ensinamento com a minha comunidade, pra ter mais orgulho pra mim. (Entrevista no dia 13/08/2019).

Graduanda em Matemática também relata a necessidade da aldeia e suas perspectivas:

Na verdade eu tô na minha segunda graduação, eu sou formada em Pedagogia, né, desde o ano de 2012, então nesse caso, né, é em 2016 que eu comecei essa segunda graduação em Matemática, assim, pelo fato de se inserir mesmo em educação, né, que pelo jeito de eu ser indígena é bem escasso, tá precisando realmente de professores. [...] O curso de Matemática, né, porque na verdade hoje tem bastante concursos, né, que precisam realmente nas áreas das exatas, principalmente Física, Química e Matemática [...] [Meu objetivo] primeiro é ser concursada, tanto é que pra esse ano eu tô estudando para eu ver se consigo me encaixar nesse processo seletivo que me inscrevi também... e são poucos indígenas que têm formação também, de graduação. (Entrevista no dia 13/08/2019).

Graduando em Arquitetura e Urbanismo explicou:

Antes eu queria ser engenheiro florestal, mas como nos era bom de desenho e gostava um pouco mais de cálculo, essas coisas assim, e como minha mãe também gostava de serviço de arquiteto, desde criança eu ouvia ela falando desse negócio, eu peguei uma paixão por isso [...] eu escolhi porque era o que eu via e gostei [...] eu quero avançar mais, fazer mestrado, doutorado, eu quero ser mais evoluído, eu tenho projeto na aldeia, pra comunidade indígena, tipo ser... de crescer mais e mais, trazer um pouco mais voltado para a cultura indígena. (Entrevista no dia 13/08/2019).

Os discursos desses estudantes quanto às suas motivações e perspectivas revelam a preocupação principal com a família e o povo indígena a que pertencem, buscando de alguma forma reverter em favor de seu povo a formação profissional adquirida ou refletir nos membros de sua comunidade a importância dos conhecimentos acadêmicos e o incentivo à busca pela educação de nível superior.

Esses estudantes acreditam em algo além de uma conquista pessoal, acreditam na conclusão da educação de nível superior e na possibilidade de trabalhar numa área específica que servirá para proporcionar melhores condições de vida ao seu povo, algo que, em linhas gerais, consideram necessário diante da escassez de profissionais nas áreas escolhidas.

Nas falas acima expostas, constatamos que os estudantes almejam colocar a sua formação acadêmica a serviço do próprio povo, trabalhando dentro das aldeias, prestando serviço para as Associações Indígenas ou mesmo em algum cargo em órgãos governamentais que exerçam atividades com indígenas.

Para tanto, submetem-se a toda gama de obstáculos para aquisição desse conhecimento, com objetivo muito bem definido e uma visão mais adiante, sem se aterem tanto ao meio, mas tendo o final (a conclusão do curso) como maior incentivo para continuar.

Ao tratar da experiência dos Guarani nesse movimento de aquisição de conhecimento no mundo universitário, Melo (2016) nos afirma que:

Esses acadêmicos têm o objetivo de obtenção deste conhecimento outro, que envolve dificuldades, desgastes físicos, afastamento dos núcleos familiares e ingestão de alimentos “perigosos”. É, nesse contexto, que tanto o xamanismo quanto o ensino superior, são tomados como possibilidades de comunicação, aquisição de conhecimentos e trânsito entre mundos distintos. Compreende-se que, na atualidade, esse esforço é vislumbrando como uma possibilidade de trânsito entre mundos: o “mundo Guarani” e todas as especificidades culturais e conhecimentos que o compõem; e o não indígena, buscando os conhecimentos dos brancos que lhes são postos na educação escolar e ensino superior.

Todavia, esse trânsito entre mundos tem suas regras próprias e suas interdições. Alguns acadêmicos Guarani ressaltam que há um limite nesse processo, explicam que caminham em direção à aquisição de conhecimentos dos brancos, e voltam para suas aldeias para conviver com seus modos de transmissão e aquisição de conhecimentos próprios de seus grupos – com a participação na *opy* (casa de rezas Guarani). (MELO, 2016, p. 53).

O “trânsito entre mundos” de que trata o autor também é referenciado pelo líder Suruí, como lembramos, quando afirma que estão preparando os seus jovens para “aprender a viver nos dois mundos: o Suruí e o do não índio”.

Reiteramos essa definição, pois notamos um sentimento parecido entre os Suruí e os Guarani, que parece representar os estudantes indígenas de todas as etnias quanto às perspectivas com a educação superior e com o mundo não indígena como um todo. O que chama atenção e merece nosso registro é o limite imposto pelos indígenas na interligação entre esses mundos, ou seja, querem aprender a cultura não indígena até certo ponto, até onde esse aprendizado não interfira de modo a prejudicar ainda mais a sua cultura.

No mesmo sentido da existência de dois universos em que se inserem os indígenas quando estão na universidade, foi feita a análise de Barreto (2016), quando trata da experiência própria enquanto estudante indígena Tukano, adver-

tindo sobre a necessidade de diálogo dos indígenas com as culturas envolvidas, mas estando atentos para que não se submetam à exclusão da própria cultura:

É importante sempre construir um diálogo entre o conhecimento indígena e o que vem da universidade. Mais do que isso, é necessário uma abertura entre os dois universos, indígena e universidade. Isso porque nós mesmos, indígenas, muitas vezes estamos subordinados ao sistema de “ostracismo cultural”. (BARRETO, 2016, p. 41).

É indispensável que tenham essa consciência e que saibam os limites do encontro de culturas, a fim de absorver aprendizados que sejam úteis e ao mesmo tempo resguardem a preservação dos costumes e das tradições de seu povo.

Identificamos, portanto, que, entre as perspectivas dos estudantes Paiter Suruí com a educação superior, está a perspectiva de trilhar o caminho do retorno.

E esses que buscam a educação de nível superior com a certeza de que com tal formação poderão utilizar os conhecimentos em benefício dos seus, impondo limites nessa troca de experiência e conscientes de que isso não deve retirar, atrapalhar ou substituir seus costumes, estão reafirmando sua pertença, dando vida a sua cultura. Com essa atitude, estão provando desde agora que serão profissionais dedicados nas áreas de formação escolhidas.

Não se trata apenas de um desejo individual de cada estudante em se formar e seguir a carreira profissional escolhida em busca de sucesso perante a sociedade e dinheiro para satisfação material. Esses estudantes desejam ajudar o seu povo.

A educação superior tem sido vista pelos Paiter Suruí como meio de continuar a convivência tradicional, agregando a essa convivência os conhecimentos profissionais que possam, de alguma forma, aperfeiçoar a vida das pessoas de sua etnia, sem, contudo, desprezar os costumes próprios da cultura.

Podemos visualizar a educação superior desses estudantes como um momento de trilhar o caminho de retorno às suas origens, uma vez que nesse período de estudos modificam suas formas de vida, passando por várias dificuldades e privações, muitas vezes vindo para a cidade e deixando a convivência familiar por um tempo, mas pensando sempre no retorno. A partir do momento que essa fase de aprendizado em “outro mundo” for concluída, eles poderão fazer a viagem de volta para a sua realidade, com conhecimentos agregados que possibilitarão fazer algo a mais e melhor pela sua gente.

Apesar de conviver, respeitar e estudar nos moldes impostos pelos não indígenas, eles não querem ser como os não indígenas. Eles enxergam e analisam nosso modo de agir no ambiente acadêmico, mas não veem nisso a obrigação de fazerem o mesmo, de imitar.

Melo (2016) também relata o que observou da experiência com os Guarani quanto ao limite da ligação cultural proporcionada pela educação superior:

Além de aquisição de conhecimentos que residem na alteridade, esses estudantes analisam o modo como nós pensamos. Os djuruá – não indígenas – são vistos como “abelhas” na universidade, pois estão sempre “reunidos falando junto”, ao contrário de um grupo de Guarani, em que um fala os outros escutam atentamente: “nossos ouvidos ainda não estão treinados para tanto barulho e informação!”. Esta é uma comparação de um entre muitos aspectos salientados por um professor indígena e acadêmico do curso, sobre a vivência entre brancos e índios. Segundo ele, refletem sobre a nossa forma de adquirir conhecimento, de pensar e ver o mundo, filtrando os conhecimentos advindos da universidade, para sua entrada nas aldeias indígenas. Apontam nossa cultura como “rápida” e “pesada”, e enfatizam em seu discurso a necessidade atual de registrar e praticar a cultura indígena, para que esta não fique apenas na memória e se perca em meio ao movimento e às mudanças. (MELO, 2016, p. 53).

Nessa mesma perspectiva tem sido a experiência dos Paiter Suruí, comparando a vida universitária e os costumes dos não indígenas não para se tornarem iguais, mas apenas para filtrar o conhecimento que necessitam e visando praticar os costumes tradicionais de seu povo para que não se percam.

Deve ocorrer a efetivação da interculturalidade. Isso significa que, por parte dos indígenas, há o entendimento desse aprendizado entre culturas, do conhecimento e do respeito, sem impor ao outro o seu modo de ver e fazer as coisas, a sua visão de mundo. O contrário, infelizmente, não ocorre.

O importante para nós foi poder constatar que a universidade pode proporcionar aos estudantes indígenas e não indígenas uma experiência bastante rica de interculturalidade, embora esta tenha sido mais bem aproveitada pelos indígenas que aprendem do outro, respeitam o que não é igual ao seu costume, mas filtram o que realmente lhes agrega e o que realmente importa para alcançar os seus objetivos, que é a formação a serviço de seu povo.

Ficamos satisfeitos que isso esteja ocorrendo. Esperamos que essa constatação seja concretizada quando esses estudantes concluírem os cursos, para que

assim tenhamos o início de uma verdadeira coexistência pacífica de culturas, a comprovação de que a história de inferiorização e eliminação tenha de fato e de direito ficado para trás, superada pelo respeito e pelo amor.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Os Paiter Suruí reivindicam oportunidades e condições de acesso aos artefatos tecnológicos existentes, bem como conhecimentos em diversas áreas, e fazem isso com o intuito de utilizar os métodos e saberes adquiridos como meio de manter, ampliar e valorizar os objetivos do seu povo, o que visa, dentro do possível, ao modo de vida tradicional de sua gente.

Foi relatado que os estudantes desejam trabalhar em funções que os mantenham ligados ao seu povo, como forma de ajudar em suas necessidades, a exemplo da graduanda em Ciências Contábeis, que pretende trabalhar na Associação Indígena, e da graduanda em Psicologia, que acredita ser necessário mais profissionais dessa área nas aldeias. Houve também a fala da graduanda em Engenharia Civil, que, juntamente do estudante de Arquitetura, está pensando em criar um projeto de moradia indígena que seja confortável e utilize a palha como matéria-prima, seguindo a tradição.

O desejo do povo, ao incentivar os jovens a buscar uma graduação, mesmo que seja em instituições não indígenas, não é abandonar suas raízes culturais e adotar a cultura não indígena, pelo contrário, pretendem se fazer presentes na sociedade nacional, com representação jurídica e em busca de reconhecimento da sua cultura.

Quanto às perspectivas dos estudantes com a educação superior, constatamos que todos alimentam o desejo de poder dar a seu povo um pouco mais de qualidade de vida, de visibilidade, de respeito, para preservar sua história e cultura por meio de uma formação acadêmica que possa ser revertida em favor do povo Paiter Suruí, seja diretamente na aldeia com atuação profissional na área de formação, seja por meio de entidades governamentais ou não que trabalhem com a questão indígena e a proteção a seus direitos.

Entre as falas dos estudantes, podemos identificar a força do pertencimento étnico dos Paiter Suruí e o desejo de dar a sua comunidade um retorno de melhorias que o conhecimento adquirido e o trabalho após a formação possam fornecer.

A entrevista do líder do povo não deixa dúvidas quanto à intenção de incentivar os seus jovens a cursar graduação em áreas diferentes, a buscarem o aprofundamento acadêmico por meio de mestrado e doutorado, com objetivo de que apliquem seus conhecimentos junto aos Paiter Suruí e outros povos.

Quando o líder afirma que “Estamos preparando nossos jovens para aprender a viver nos dois mundos: – o Suruí e o do não índio”, observamos que a finalidade dessa busca não é apenas terem uma profissão para viver “melhor” fora da aldeia, adotando a cultura não indígena, individualista e capitalista, para abandonar o seu povo e os seus costumes, mas, diferente disso, fazer com que compreendam que não é mais possível retornar ao modo de vida originário.

Dessa forma, o ideal é que conciliem as duas culturas (dos dois mundos), aplicando os benefícios e conhecimentos adquiridos com a educação não indígena de nível superior para revitalizar a sua cultura e promover o seu fortalecimento por meio da reafirmação da pertença e do orgulho de fazer parte dela.

O que deve direcionar a busca pela educação superior indígena é o objetivo de que os conhecimentos tradicionais desses povos sejam, além de preservados, difundidos, para que possam continuar a valorizar e praticar a sua cultura de forma autônoma, livre e reconhecida pelas demais sociedades como dignas de respeito e de compartilhamento.

Apesar de tudo, são as perspectivas desses estudantes que movimentam e dão sentido a discussões como estas, visando chamar atenção para condutas que podem e devem ser tomadas para efetivação do direito à educação em todos os níveis.

Eles não veem as pedras que estão no caminho do acesso e da permanência no ensino superior como barreiras intransponíveis. Estão muito focados na luz que os espera ao final da jornada, nutridos pela gigantesca esperança de que ultrapassar os obstáculos os leva ao caminho certo, à conclusão do curso superior, ao alcance de sua visibilidade e ao progresso do seu povo.

Esses estudantes se submetem aos esforços diários pensando na coletividade que representam, e não no seu “eu” individual. E esta é uma importante lição que deveríamos aprender com a cultura indígena.

REFERÊNCIAS

BARRETO, João Rivelino Rezende. Veiculação de propriedade intelectual indígena na universidade: um desafio para todos. In: OLIVEIRA, Lucia Alberta Andrade (Org.). *A questão indígena na educação superior*. Rio de Janeiro: Flacso; GEA; Uerj; LPP. (Cadernos do GEA, Rio de Janeiro, n. 10, jul./dez. 2016, p. 38-42). Disponível em: <http://flacso.org.br/files/2017/12/Caderno-GEA-10-digital.pdf>. Acesso em: 6 jul. 2019.

BRANDÃO, Carlos Rodrigues. *A educação como cultura*. Ed. rev. e ampl. Campinas, SP: Mercado das Letras, 2002.

BRASIL. Lei n. 9.394, de 20 de dezembro de 1996. Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional. *Diário Oficial da União*, Poder Executivo, Brasília, 23 dez. 1996. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l9394.htm. Acesso em: 7 jul. 2018.

CARDOZO, Ivaneide Bandeira. *Iway e Metare: a marca do território Paiter Suruí*. 115 f. 2012. Dissertação (Mestrado em Geografia) – Universidade Federal de Rondônia, Porto Velho, RO, 2012.

DEMO, Pedro. *Introdução à sociologia: complexidade, interdisciplinaridade e desigualdade social*. 1. ed. São Paulo: Atlas, 2009.

FURTADO FILHO, Cid. Tecnologia e desenvolvimento Paiter Suruí. *Revista Brasileiros de Raiz*, Brasília, v. 1, n. 3, p. 44-6, ago./set. 2011. Disponível em: <https://pt.calameo.com/read/00132727704476d3faf0f>. Acesso em: 7 ago. 2019.

KEMPER, Lourdes. *Cacoal, sua história sua gente*. 2. ed. Goiânia: Grafofel, 2006.

LEONTIEV, Alexis. *O Desenvolvimento do psiquismo*. Tradução de Rubens Eduardo Frias. 2. ed. São Paulo: Centauro, 2004.

MATTOS, José Roberto Linhares; FERREIRA NETO, Antônio. *Etnomatemática e educação escolar indígena Paiter Suruí*. São Paulo: Editora Livraria da Física, 2019.

MELO, Clarissa Rocha. A experiência na Licenciatura Intercultural Indígena do Sul da Mata Atlântica da UFSC. In: OLIVEIRA, Lucia Alberta Andrade de (Org.). *A questão indígena na educação superior*. Rio de Janeiro: Flacso; GEA; Uerj; LPP. (Cadernos do GEA, Rio de Janeiro, n. 10, p. 52-57, jul./dez. 2016). Disponível em: <http://flacso.org.br/files/2017/12/Caderno-GEA-10-digital.pdf>. Acesso em: 6 jul. 2019.

MENDES, Matilde. *Educação escolar indígena Paiter Suruí e sua relação com os etnoconhecimentos*. 2017. 142 f. Dissertação (Mestrado em Educação) – Universidade

do Estado de Mato Grosso, Cáceres, MT, 2017. Disponível em: http://portal.unemat.br/media/files/PPGEdu/Dissertacoes/Defendidas_2017/Matilde_Mendes.pdf. Acesso em: 31 jul. 2019.

ORTIZ, Renato. *Cultura brasileira e identidade nacional*. 2. ed., São Paulo: Brasiliense, 2003, p. 13-44.

QUIJANO, Aníbal. Colonialidade do poder, eurocentrismo e América Latina. In: CONSEJO LATINOAMERICANO DE CIENCIAS SOCIALES (CLACSO). *A colonialidade do saber: eurocentrismo e ciências sociais. Perspectivas latino-americanas*. Buenos Aires: Clacso, 2005. p. 117-42. Disponível em: http://bibliotecavirtual.clacso.org.ar/clacso/sur-sur/20100624103322/12_Quijano.pdf. Acesso em: 25 set. 2019.

SURUÍ, Chicoepab. Reflorestamento da Terra Indígena Sete de Setembro: uma mudança da percepção e da conduta do povo Paiter Suruí de Rondônia. 2013. 63 f. Dissertação (Mestrado Profissional em Desenvolvimento Sustentável) – Universidade de Brasília, Brasília, DF, 2013. Disponível em: <https://repositorio.unb.br/handle/10482/14338>. Acesso em: 3 ago. 2019.

SURUÍ, Chicoepab; SURUÍ, Nauama Dias. Educação Escolar Indígena: um novo modelo de educação para o Povo Paiter Suruí. In: JESUS, Sérgio Nunes; NEGREIROS, Davys Sleman; BARBOSA, Ingrid Letícia Menezes; SILVA, Reginaldo Conceição (Org.). *Povos e comunidades tradicionais: perspectivas além da epistemologia*. Curitiba: CRV, 2017. p. 47-56.

ZOIA, Alceu. A questão da educação indígena na legislação brasileira e a escola indígena. In: GRANDO, Beleni; PASSOS, Luiz Augusto (Org.). *O eu e o outro na escola: contribuições para incluir a história e a cultura dos povos indígenas na escola*. Cuiabá: EdUFMT, 2010. p. 69-86. Disponível em: <http://www2.esporte.gov.br/arquivos/snelis/esporteLazer/cedes/euOutro.pdf>. Acesso em: 18 jun. 2018.

ZOIA, Alceu; MENDES, Matilde. Protagonismo PaiterSuruí: práticas político-pedagógicas e suas relações com os etnoconhecimentos. *Revista de Educação Pública*, Cuiabá, 2017. Disponível em: <http://periodicoscientificos.ufmt.br/ojs/index.php/educacaopublica/article/view/5002>. Acesso em: 18 jun. 2018.

Sobre os autores:

Alceu Zoia: Doutor em Educação. Professor da Faculdade de Educação e Linguagem, na área da Filosofia, e professor do programa de Pós-Graduação em Educação na linha de pesquisa Educação e Diversidade na Universidade do Estado de Mato Grosso (UEMT). **E-mail:** alceuzoia@hotmail.com, **Orcid:** <http://orcid.org/0000-0002-0512-9511>

Maria Gabriela de Assis Souza: Mestre em Educação pela Universidade do Estado de Mato Grosso. Advogada e professora no Instituto de Ensino Superior de Cacoal (Fanorte). **E-mail:** mariagabriela.adv@hotmail.com, **Orcid:** <http://orcid.org/0000-0002-9191-7898>

Recebido em 5 de março de 2020.

Aprovado para publicação em 2 de junho de 2020.

